

*Ass. Constituinte  
Anc - CPCC*

**POLÍTICA**



Apesar de todo o aparato montado no Ministério da Justiça para a cerimônia, mais uma vez foi adiada a divulgação da relação dos membros da comissão a ser nomeada pelo presidente José Sarney para elaborar o anteprojeto da nova Constituição, com prazo até 15 de março do próximo ano. Extra-oficialmente, fontes do Palácio do Planalto informaram que um dos motivos da protelação deveu-se à recusa do professor Leitão de Abreu, ex-ministro-chefe do Gabinete Civil do governo Figueiredo, em aceitar o convite formulado ontem por Sarney para que ele também viesse a integrar a comissão. Apurou-se, no entanto, que há resistências a Leitão, por parte de alguns setores governamentais.

A negativa do ex-ministro Leitão de Abreu em participar da comissão deve-se à sua convicção pessoal de que as contribuições que tinha para oferecer ao governo e ao País sobre a matéria estão contidas na emenda constitucional submetida ao Congresso Nacional no ano passado, marcando a data das eleições diretas para presidente em 1988, que foi retirada a pedido do Executivo, diante da insistência do PMDB em aprovar um substitutivo que previa as eleições diretas naquele momento (agosto de 1984, quando o pedido de retirada foi feito).

Ontem, antes da audiência com o presidente Sarney, o professor Leitão de Abreu prometeu aos jornalistas credenciados no Planalto que no final teria uma conversa com os repórteres, e adiantou somente que seria "uma visita de cortesia", esclarecendo que a iniciativa do encontro tinha partido dele próprio.

Leitão de Abreu, porém, já adiantara a pessoas que vêm mantendo conversas com ele nos últimos dias que não tinha intenção de participar da comissão da Constituinte, não só por entender que já prestara a sua colaboração, como por achar que o número dos seus membros (entre 40 e 50, segundo fontes do próprio governo), era demasiado e

**O ministro Lyra não divulgou a lista dos membros da Comissão da Constituinte, depois da reunião com o presidente Sarney (foto à esquerda), como havia prometido. Um dos motivos seria a inclusão ou não do ex-ministro Leitão de Abreu, que também conversou com Sarney (foto à direita). De fato, parecem confirmados os nomes de Paulo Brossard, Célio Borja e Dalmo Dallari, sob o comando do jurista Afonso Arinos (fotos ao centro).**

# A indefinida lista da Constituinte

não produziria os efeitos pretendidos pelo governo na sua constituição.

No final da audiência, Leitão de Abreu deixou o palácio pelo elevador privativo, onde está proibido o acesso dos jornalistas, e não falou. Esta é uma postura que ele deverá manter para não deixar transparecer que está criticando a comissão porque dela não fez parte.

### Desencontro de assessores

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, afirmou, depois de despachar com o presidente José Sarney, às 13 horas, que já havia assinado o decreto presidencial que cria a comissão constitucional. No entanto, até o final do expediente no Palácio do Planalto, o decreto não foi divulgado e os principais assessores do chefe do governo informavam que Sarney não chegou a assiná-lo.

No início da tarde, os assessores do ministro e do presidente informaram que o anúncio da lista seria feito por Lyra, no Ministério da Justiça. Depois de esperar duas horas e meia, o batalhão de repórteres

e cinegrafistas foi informado de que, mais uma vez, a divulgação seria adiada, provavelmente para hoje.

Após a expectativa de divulgação criada na última quinta-feira, deu-se o adiamento para o dia seguinte, sexta-feira. Não foi possível, pois, embora o ministro tivesse dito que o decreto se resumia a quatro artigos, Sarney teria feito restrições ao seu texto, desejando que este primasse por concisão e precisão. Resultado: adiamento para sábado. Nova frustração, novo adiamento para ontem.

Quais as dificuldades com a lista? Sem caráter de informação oficial, mas com muita insistência, circulava no Ministério da Justiça a versão segundo a qual o ex-ministro Leitão de Abreu seria um dos pontos principais da discórdia, com setores governamentais e forças políticas que apóiam Sarney opondo-se à inclusão de seu nome. Haveria, ainda, resistências à permanência de Benedita da Silva, vereadora do PT do Rio de Janeiro, que se encontra em Israel.

Fernando Lyra negou que estivesse fazendo restrições à presença de Leitão e ao ser informado por um jornalista de que uma emissora de TV havia anunciado na chamada de seu noticiário, cerca das 20 horas, que a lista havia sido divulgada, fez a seguinte observação: "Ótimo, então vamos ver o noticiário para ficar conhecendo a lista". A seguir, sério: "Do ministério não saiu".

Por sua parte, o jurista Afonso Arinos, que presidirá a comissão da Constituinte, e a quem é atribuída a indicação do nome de Leitão de Abreu, disse, no Rio, que não faz nenhuma restrição ao nome do professor, classificando-o de "um jurista de alto valor intelectual e moral".

### Novas divergências

Restam, contudo, outros problemas a serem solucionados antes da assinatura do decreto presidencial que criará a comissão. Até mesmo alguns assessores palacianos concordam com Leitão de Abreu quanto ao grande número de membros da comissão. Algumas lideranças representativas da so-

cidade endossam a crítica no que se refere ao assunto, por entender que isso dificultará os entendimentos em torno de temas fundamentais, devido à prevalência do sentimento classista.

Reconhecem outras fontes do Planalto que existem divergências notórias entre Afonso Arinos e o ministro Fernando Lyra, e tudo isso tem contribuído para atrasar a decisão de Sarney. O jurista Afonso Arinos, inclusive, estaria propenso a presidir uma comissão com número mais reduzido de integrantes. Quando recebeu o convite do presidente Tancredo Neves, ele considerava que 20 era o número ideal de participantes, conforme declarou em conversa com jornalistas no Palácio do Planalto, no dia da posse do Ministério.

Ontem à noite, em meio a informações desencontradas, não havia segurança a respeito dos nomes que permaneciam na lista e os que teriam sido excluídos.

Paulo Brossard, Dalmo Dallari, Célio Borja, Sepúlveda Pertence, Mauro Santayana, eram, no entanto, nomes tidos como certos. Além desses, da lista ainda não anunciada, constam, segundo fontes, as seguintes pessoas: Miguel Reale Júnior, Laerte Vieira, José Afonso da Silva, Jorge Amado, Antônio Ermírio de Moraes, Hilton Rocha, Celso Furtado, Miguel Seabra Fagundes, Rafael de Almeida Magalhães, João Paulo Pires Vasconcelos, Edgar da Mata Machado, Cristovam Buarque, Xavier de Albuquerque e Joaquim Falcão.

Em São Paulo, o professor Miguel Reale Júnior, ao contrário do que vem pregando a Ordem dos Advogados do Brasil, afirmou ontem que haverá participação da sociedade civil na futura Constituinte. Segundo Reale Jr., a comissão constitucional terá "mais uma tarefa de enfeixar as sugestões de toda a sociedade, e numa fase posterior, fornecer um referencial para os constituintes", do que indicar os parâmetros de atuação do Congresso.